

# AULA MAGNA: DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI<sup>1</sup>

*Ministro Paulo Vannuchi<sup>2</sup>*

O tema do nosso diálogo hoje é **direitos humanos no Século XXI**, e, numa sequência própria do que se convencionou de chamar de aula inaugural, aula magna, eu começo situando um pouco a cronologia do assunto. Discutir direitos humanos no Século XXI é discutir uma história de quase 38 séculos, porque no Código de *Hamurábi*, de 1.700 anos antes de Cristo, portanto, mais de 3.700 anos atrás, se registram passagens que alguns estudiosos apontam como um dos primeiros fundamentos dos Direitos humanos. O Código de *Hamurábi* já no seu prólogo, estabelece a necessidade de *prevenir a opressão dos mais fracos pelos mais fortes*. Depois, no período das chamadas antiguidade grega e romana – que no fundo são uma mesma Antiguidade, de um mesmo pensamento, chamado democracia na Grécia e república em Roma, iniciou-se o primeiro processo histórico de separação dos Poderes, criando o Senado em Roma e, na Grécia, a antiga Ágora, onde se praticava a democracia direta – que os estudos mostram tratar-se de uma democracia direta entre os cidadãos, mas as mulheres não eram consideradas cidadãs, os jovens e adolescentes também não o eram, e nem os escravos, que eram a maioria numérica. Com todas essas limitações, que hoje nos parecem absurdas, esse período grego foi de afirmação contundente das idéias democráticas, que seguiram atravessando a história da humanidade.

O poder, com sua inerente tendência à concentração, voltou a se concentrar, e, lá pelo Renascimento (séc. XIV a XVI), por volta de 1.600 anos depois de Cristo, retornou o pensamento político-filosófico, propondo a tripartição dos Poderes, que hoje impera, com a limitação da força do soberano, que antes fazia a lei, julgava, executava, dispunha sobre a vida e a morte dos súditos. A partir de 1.500, o mundo começou a caminhar para a virada revolucionária de 1789, após a Derrubada da Bastilha e, nesse período entre a Grécia e a Roma antiga e o Renascimento, com o racionalismo, o Iluminismo de Voltaire, dos enciclopedistas, houve o cristianismo, com grande propagação de idéias de respeito ao outro, de igualdade, deixando marcas profundas no mundo de hoje, de 2009, especialmente em países como o Brasil.

A Revolução Francesa, de 1789, todos sabem, teve como lema três bandeiras – liberdade, igualdade e fraternidade – que compõem ainda hoje o nó a ser desatado para a conquista de um mundo de paz. Isso porque, sem assegurar esses três pressupostos, o mundo será um mundo de desigualdade, de injustiça, de opressão, de dominação e rebeliões, de revoltas e distorções na vida social, como, por exemplo, a que temos nos índices de violência que ainda assustam o país, não obstante os avanços consistentes, pelo menos nesses últimos 21 anos de reconstrução democrática.

<sup>1</sup>Aula magna proferida aos alunos da FDSBC em 6 de abril de 2009.

<sup>2</sup> Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Mesmo com o risco de chover no molhado, é importante passar rapidamente pelas definições. **O que é mesmo liberdade? O que é igualdade? O que é fraternidade?** Os estudantes verão nos cursos os conceitos de liberdade negativa e liberdade positiva, liberdade liberal, liberdade democrática, a liberdade centrada no indivíduo ou a liberdade concebida nos interesses de uma comunidade e um grupo de uma classe social.

Gosto de encurtar o assunto lembrando um belíssimo poema de Cecília Meireles (1901-1964), no *Romanceiro da Inconfidência*: “*Liberdade essa palavra que o sonho humano alimenta que não há ninguém que explique nem ninguém que não a entenda*”.

E igualdade?

O discurso da igualdade hoje muitas vezes se traveste de uma idéia de igualdade de oportunidades: as oportunidades estão lá e, pelo seu mérito, dispute-as e conquiste-as. A igualdade verdadeira é a igualdade de pontos de partida. A oportunidade pode ser a mesma para todos, mas se cada um viveu brutais desigualdades desde criança – uns não foram para escola, outros foram para a escola melhor equipada em informática, alguns só conheceram computador em um telecentro aos 17 anos, alguns ganharam computador com seis anos de idade ou cinco, antes mesmo da alfabetização –, não é honesto invocar como igualdade o pensamento dominante que o mundo hoje procura proclamar.

A equivalência, as conjugações entre liberdade e igualdade compuseram também a nota central do pensamento político ao longo dos séculos. Sobretudo, atravessaram os séculos XIX e XX como uma espécie de enigma ainda não decifrado, uma espécie de Santo Graal que nós, como cavaleiros templários, seguimos procurando: como conjugar liberdade e igualdade. Por quê? Porque a história da humanidade, que resumo tão rapidamente, é a história de milênios e de séculos, e o momento da Revolução Francesa é o momento em que a burguesia revolucionária, a burguesia transformadora, que questionava o sistema e se levantava para derrubar o poder da nobreza feudal, empunhou esses dois conceitos de maneira exemplar: exigiu, se articulou, cresceu, disputou e venceu.

Só que nessa vitória, simultaneamente, começou a nascer, na própria barriga, no ventre da burguesia, o novo e principal ator histórico da segunda metade do século XIX e do século XX em quase todo o mundo: **a classe trabalhadora, a classe operária** – essa com quem aprendi mais do que em qualquer outro lugar nesses quase 25 anos em que tenho a honra de ser assessor, aqui, no Sindicato dos Metalúrgicos, vindo para cuidar da formação sindical e, como já tinha ensinado o mestre Paulo Freire, o processo educativo é sempre um processo de troca, e eu muito mais aprendi do que ensinei.

A classe trabalhadora começou a levantar para a burguesia vitoriosa na Europa o mesmo argumento que tinha levado à vitória na Revolução Francesa, nas duas revoluções inglesas e nas revoluções alemã e italiana. “Queremos a mesma igualdade, a mesma liberdade que vocês ostentaram no enfrentamento da nobreza feudal”. E a resposta foi repressão. Foi negar o direito de voto, que é a primeira grande conquista histórica para a humanidade promovida pela classe

trabalhadora, que aprendeu a se organizar em sindicatos, exigindo em primeiríssimo lugar que houvesse leis, que houvesse jornada de trabalho, que houvesse previdência, que houvesse proteção – e não como era nas primeiras fábricas descritas nos romances de Charles Dickens. Era a idéia de que eu tenho o direito de votar, tenho o direito de ter representantes. A idéia de que à mesma liberdade que vocês reivindicaram, eu como ser humano também tenho direito. E, nesse questionamento, o nó entre liberdade e igualdade foi sendo entretecido.

O século XX teve revoluções socialistas que se propuseram a decifrar o enigma liberdade-igualdade, mas não conseguiram. O experimento socialista concreto não conseguiu implantar um sistema de igualdade com resposta às liberdades. E a alternativa de ir para a igualdade em prejuízo da liberdade provavelmente se chocou com pressupostos essenciais à condição humana, segundo os quais a liberdade é um nutriente tão fundamental para cada um de nós como o pão e a água.

Nessa busca de decifração de enigma liberdade-igualdade, o Brasil tem passos importantíssimos registrados nesses últimos 20 ou 30 anos de sua história. Um ponto demarcatório é a Vila Euclides, que podemos e quisemos em homenagem a esse território sagrado do ABC, aos metalúrgicos do ABC, a todos os trabalhadores e categorias. A Vila Euclides é um divisor de águas: foi naquelas greves, com um novo sindicalismo ali nascido, que se começou a fazer uma diferença nos esforços vagos de liberdade, para que se superasse o regime militar de 1964, que surgiram reivindicações mais agudas, cortantes. Era a classe trabalhadora exigindo a condição de protagonista nos processos políticos – como ela consegue ser no Brasil em 2009, e são poucos os países no mundo que podem proclamar isso, uma posição diferente daquela do Brasil anterior ao regime militar, em que a classe trabalhadora era um contingente eleitoral chamado a votar, mas o seu papel se restringia a votar e a fazer pedidos à classe política.

Nessa ruptura, começou a nascer o Brasil que temos hoje e os direitos humanos oferecem uma pista na busca da decifração do enigma liberdade-igualdade. Ambas só conseguem ser conjugadas em sintonia se houver um terceiro pólo: a fraternidade. Numa linguagem mais laica e atual, podemos associar a idéia de solidariedade. Ou seja, não é preciso ter o mesmo sangue, ser irmão, para compreender que o que acontece com cada ser humano do planeta de violência, preconceito, exclusão, discriminação, humilhação pode e deve ser assimilado por cada um de nós como se cometido contra nós mesmos. E, nesse sentimento gregário, que também deu à luz o movimento sindical, está a compreensão de que unidos somos fortes, temos voz, está a busca de um ideal universal de paz que só pode existir sobre os fundamentos da justiça, da igualdade, da liberdade, do respeito transversal pelo outro em tudo, em casa, na família, na vida amorosa, conjugal, familiar, na escola, na igreja, no trabalho, na fábrica, na faculdade...

Isso se conjuga com a idéia de pluralidade e diversidade, ou de que a verdade não é uma só. Filósofos se dividem, e, se ela for uma só, certamente é um poliedro cheio de faces, em que cada um, olhando de um lado diferente, vê aspectos diferentes, e só é possível conhecer essa verdade num esforço coletivo, conjunto, jamais individual. Porque é preciso que alguém que esteja do outro lado também deponha sobre qual a sua visão de verdade. E, se nós adquirirmos essa visão, saberemos finalmente levar adiante a idéia democrática, que se trata de reconhecer

na sociedade moderna a legitimidade do dissenso, da disputa de interesses, interesses legítimos que vão se confrontar mutuamente, mas que têm de se assentar no pressuposto básico da não violência, do não derramamento de sangue, da não eliminação do meu interlocutor, que não precisa ser visto como adversário ou como inimigo. A arma de balas e projéteis tem de ser substituída pela arma do argumento.

Pulemos no tempo e vamos para 1948, dia 10 de dezembro. A humanidade estava perplexa, paralisada, petrificada com o horror do holocausto e da 2ª Guerra Mundial, que levou 60 milhões de vidas humanas: seis milhões de judeus, por serem judeus; comunistas, por serem comunistas; homossexuais, por serem homossexuais; ciganos, por serem ciganos; católicos; protestantes; evangélicos; socialistas. Os campos de concentração e a besta nazista com seus tentáculos na Itália de Mussolini, no micado japonês, na Espanha de Franco, estabeleceram uma ameaça ao avanço histórico civilizador, retroagiram à barbárie com a idéia de raça superior e raça inferior. Os aliados derrotaram a besta nazista. A rendição alemã foi em maio, a japonesa, em agosto.

O horror da guerra só foi interrompido com o horror de duas bombas atômicas lançadas sobre populações civis de Hiroshima e Nagasaki. E foi com essa perplexidade que, pela primeira vez na história da humanidade, foi possível tecer um primeiro documento para o início da constituição de um planeta de paz.

Se nós quisermos conviver, e a *Carta* segue atualíssima 60 anos depois, haverá que se agregar ali as questões ambientais, haverá de desenvolver mais o direito da criança, da própria igualdade, da equidade de gênero – mas pressupostos genéricos estão no artigo primeiro, lembrados numa síntese brilhante: “*Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade*”. Cabem precisamente as igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução Francesa, e os artigos seguintes dizem que ninguém será alvo de discriminação, ninguém pode ser submetido à tortura, ninguém pode ser submetido ao trabalho escravo. Os direitos civis e políticos se desdobram e trabalham a idéia do tribunal isento, objetivo, do direito de defesa, direito à nacionalidade, direito a mudar de país, direito de se casar e não ser obrigado a isso, como ocorre ainda em alguns lugares onde as pessoas são obrigadas a casar sem querer. (países islâmicos ainda colocam no seu código maior, na constituição, a idéia de que a mulher não é igual ao homem, de que o homem é mais do que a mulher e, como tal, tem mais direitos legais).

O mundo que caminha em torno desse preâmbulo da *Declaração Universal* segue lembrando o que aconteceu. E enfatizo isso porque farei referência, em seguida, a uma das muitas áreas da Secretaria Especial dos Direitos humanos da Presidência da República, que é responsável pelo projeto Direito à Memória e à Verdade, cujo objetivo é resgatar uma história que não pode ser perdida e sobre a qual não se pode jogar uma pedra, sepultando a possibilidade de se conhecer profundamente o passado recente de repressão, tortura, desaparecimentos e mortes no país e como isso é indispensável à consolidação da democracia, que é o sonho de todos nós, e não retornar aquele passado de ódio.

Reunidos os países após o fim da 2ª Guerra Mundial, ali estava a ex-primeira-dama

norte-americana Eleanor Roosevelt, cujo marido tem sido bastante lembrado agora no Brasil por conta das políticas antirrecessivas aplicadas a partir de 1933 nos Estados Unidos, depois da quebra da bolsa de Nova York e da Grande Depressão, que inspiraram políticas como o recente programa habitacional anunciado pelo presidente Lula e, de um modo geral, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Franklin Delano Roosevelt tinha morrido em abril e, como viúva do ex-presidente, o primeiro engajamento de Eleanor teve papel determinante. Talvez, sem uma mulher com suas características a *Declaração* fosse adiada por mais alguns anos.

O preâmbulo da *Declaração Universal* anuncia os 30 preceitos para a convivência num mundo real de paz. Incluíram direitos à educação, ao trabalho, à habitação, à saúde, os chamados direitos sociais, econômicos e culturais. Assim, esse documento constitui a fundação programática da Organização das Nações Unidas (ONU), constituída três anos antes, mas ainda sem uma carta-programa. E reitera que os povos têm o direito milenar, sagrado, bíblico, jurídico, liberal, iorquiano, de rebelião contra as tiranias persistentes, de enfrentamento da opressão econômico-social – como, mais recentemente, ocorreu na África do Sul, libertada por Nelson Mandela na década de 1990.

Em seguida, a ONU construiu um sistema de direitos humanos. Em 1966 houve dois pactos gêmeos: o pacto dos direitos civis e políticos e o pacto dos direitos sociais, econômicos e culturais. O primeiro dialogando mais diretamente com o tema da liberdade, e o segundo, com o tema da igualdade.

Os países aderiram voluntariamente e o Brasil aderiu desde que saiu do regime militar. A cada cinco anos todos os países tem de prestar contas num relatório pormenorizado. Além dos dois grandes pactos, há pelo menos seis grandes convenções internacionais: direitos da mulher, do combate ao racismo, da criança e do adolescente, dos trabalhadores migrantes, direitos da pessoa com deficiência e de combate à tortura. Uma declaração que menos que convenção sobre os direitos indígenas, e o Brasil desempenha papel de vanguarda como poucos países no mundo – a Argentina está junto, propondo a construção imediata da convenção que ainda falta para as pessoas idosas, outro segmento vulnerável da população e ainda não protegido.

Pessoas idosas que os povos antigos aprendiam a valorizar como fonte de experiência de vida, de sabedoria. São nossos pais, avós, tios, professores... Uma faixa etária que especialmente o último ciclo capitalista descartou, valorizando como paradigma a figura do jovem yuppie: investidor da bolsa de valores. As empresas começaram a demitir trabalhadores com 45 anos e a orientação nas direções passou a ser a de afastar quem completa 55. Mas quem está perto dos 60 anos, como eu, sabe que é nessa idade que a gente se sente na plenitude de nosso vigor intelectual, político, embora físico nem tanto. Mas o presidente Lula, por exemplo, é uma figura que deixa qualquer time de assessores desmaiando de cansaço pelo caminho, enquanto segue adiante. Gilberto Gil é capaz de dançar, pular e cantar duas horas no palco. E Ney Matogrosso também. E são pessoas que já passaram dos 60, estão mais perto dos 70.

O Brasil começou a dar passos na área dos direitos humanos, sobretudo e paradoxal-

mente durante o regime militar de 1964. Antes, mesmo documentos sindicais e de partidos de esquerda mal mencionavam a existência de um tema chamado direitos humanos. Foi no regime de violação sistemática dos direitos humanos que brotou na sociedade civil a consciência da importância do tema. A Igreja Católica teve um papel fundamental e Dom Paulo Evaristo Arns é ainda hoje um dos grandes nomes dos direitos humanos no Brasil e no mundo. Assim como Dom Pedro Casaldagla e tantos outros.

De 1988 para cá, temos a *Constituição* que Ulysses Guimarães chamou de *Cidadã* – e peço a vocês que, toda vez que consultarem o livro, gastem três ou cinco minutos no artigo 5º, porque a gente lê e sente orgulho de ser brasileiro quando a República é apresentada como uma estrutura nacional voltada à construção de um sistema de solidariedade, de igualdade, de justiça, centrado no respeito à dignidade do ser humano, movendo suas interações internacionais também pelo respeito aos direitos humanos.

E, de lá para cá, houve avanços ainda não suficientes para criar, como criaremos, um absoluto consenso positivo em relação ao que seja direitos humanos. Desgraçadamente, ainda teremos imensos contingentes que, quando perguntados sobre direitos humanos responderão que direitos humanos é “defesa de bandidos”, ou, na melhor das versões, a defesa de presos, aceção negativa implantada propositalmente pelo ex-governador paulista Paulo Maluf. Ele foi um militante dessa causa, dizendo isso reiteradas vezes no seu tempo de alguma importância política, que direitos humanos era defesa de bandidos, de marginais. Isso haverá de ser suplantado numa cultura de direitos humanos que brota aqui, em reuniões como essa de hoje, que brota nas ações dos sindicatos, de empresas que já avançam na compreensão de responsabilidade social.

Em 1993, uma grande conferência das Nações Unidas, em Viena, chamou os países do mundo a criarem programas nacionais de direitos humanos e a criarem instâncias coordenadoras das políticas de direitos humanos – porque a política de direitos humanos não está só na secretaria ou no ministério ou na comissão de direitos humanos, mas está na educação, na saúde, no trabalho, na previdência, na reforma agrária, está em todas as áreas onde o governo atua.

Mas em muitos governos do Brasil de hoje a proteção aos direitos humanos ainda segue desprezada. O Estado Rondônia, por exemplo, tem um presídio, Urso Branco, que esteve dezenas de vezes no noticiário por conta da atuação de quadrilhas de presos que tomaram conta dele e se digladiavam e se matavam com anuência das autoridades carcerárias, que chamavam os chefes de quadrilha e pactuavam: “você não fugindo podem fazer o que quiserem entre si”. E brevemente Brasil será condenado na Comissão Interamericana dos Direitos humanos da OEA, que tem sede na Costa Rica, pois esse é um caso que está lá há mais de dez anos.

O governo Fernando Henrique Cardoso – e em direitos humanos é fundamental ter essa perspectiva de continuidade –, ainda que seja um governo do qual me distancio por inúmeras e profundas razões, é de justiça registrar que, no tema do qual tratamos, deu passos importantes, assim como governos anteriores também o deram. O Brasil passou a ter um Programa Nacional de Direitos humanos em 1996, cuja segunda versão saiu em 2002.

Ao assumir, o presidente Lula estabeleceu dois grandes marcos para os direitos humanos no país. Um deles foi a elevação da Secretaria Especial dos Direitos humanos a um *status* ministerial – apenas uns dez países, de um total de 192 que integram a ONU, têm essa instância em nível ministerial, e em mais da metade é mentira, porque às vezes são ditaduras que têm lá um ministério chamado dos direitos humanos para fazer uma falsa imagem no cenário mundial.

O outro grande marco da defesa dos direitos humanos do governo Lula, entre muitos, foi a corajosa decisão de realizar aquilo que as pessoas mais bem informadas sabiam que devia ser feito desde a década de 50: o combate à fome. O Brasil estava convocado a fazer isso e não o fazia porque os escritos de Josué de Castro sobre a fome, a geopolítica da fome, a fome, especialmente no Nordeste Brasileiro, nunca tinha se transformado numa agenda política de primeira grandeza. Não há defesa possível dos direitos humanos numa população que não come. A cada dia, os jornais “partidarizados” que temos atualmente martelavam a idéia de que o Bolsa Família é um programa eleitoreiro, é um programa populista, porque queriam que o Brasil seguisse como um país com 40 milhões de pessoas sem comida, como se solidariedade não existisse e não coubesse ao Estado, aos seus recursos orçamentários assumirem o comando desse enfrentamento.

E, nesses últimos seis anos, avançamos. Não a ponto de podermos proclamar que o Brasil já tem um notável avanço, mas tem avanços consistentes. Assim como tem ainda uma rotina de violências insuportáveis como é o caso da adolescente de Abaetetuba, Pará, jogada em uma cela com 20 ou 30 homens adultos para servi-los sexualmente, com o envolvimento de uma delegada, de uma juíza e outras autoridades. E, ainda, a demora, a lerdeza de todos os Três Poderes em reagir frente a isso.

Nós temos casos de tortura que se repetem, rotineiramente. Nós temos casos de discriminação racial, de desigualdade entre homem e mulher. Nas empresas, por exemplo, metade da folha de pagamentos é de homens e a outra metade, de mulheres. Mas no nível de gerência, as mulheres representam apenas 30%. Nas diretorias, elas são apenas 20%. E em presidências, não chegam a 1%. Onde está a idéia de equidade de gênero e de igualdade racial?

O Brasil é praticamente meio a meio, metade de afro-descendente e metade, não. Estudem as folhas de rendimento salarial, visitem os presídios para ver como pobreza tem cor no Brasil, como houve uma associação decorrente da história dos estados. Porque o Brasil ainda é uma sociedade tão violenta, tão desigual, apesar de todos os avanços democráticos e dessa realização ímpar de ter um presidente como Lula – e a leitura dos jornais dos últimos dias permite verificar o grau de respeito internacional, os elogios durante a reunião do G20.

Acontece que nesse país nós perdemos a memória da escravidão, perdemos a memória do genocídio indígena, nós não ensinamos e tampouco aprendemos na nossa escola que durante três séculos e meio a produção econômica desse país foi feita a partir de mão de obra seqüestrada na África, trazida em navio negreiro, o que Castro Alves denunciou em versos, e submetida diariamente à tortura, no pelourinho, que era o instrumento de castigo. Quem fu-

gisse, era perseguido pelo bandeirante, e esse, sim, nós homenageamos com nome em rodovia, com estátua.

O genocídio indígena vitimou cerca de cinco milhões de ameríndios que aqui viviam quando Cabral chegou. Reduzidos a quase 250 mil, hoje caminham para ser um milhão porque a *Constituição de 1988* recuperou seus direitos. E batalhas como essa finalmente decidida positivamente no Supremo Tribunal Federal lhes garante terra, como Raposa Terra do Sol.

Nós perdemos a memória recente da ditadura militar, de 1964 a 1985, e antes, a do Estado Novo. É fundamental internalizar nosso sistema de conhecimento da história como garantia, como aprofundamento do consenso de que não queremos isso de volta. Aprendemos todos com aquele passado e o Brasil, no aspecto político e institucional, é muito melhor hoje.

Seguimos enfrentando, com boas condições, os problemas que restam, ainda, de pobreza, de preconceito, de violência, com o horizonte de perspectivas concretas de que conseguiremos transformar essas violações em elementos residuais, que ocorrerão de vez em quando, que deixarão de ser rotina.

A minha alegria, a minha honra de estar aqui também se liga à prioridade maior no governo federal do nosso planejamento em termos de direitos humanos para 2009 e 2010, que é a **Educação em Direitos Humanos**.

Em 2008, nós tivemos uma intensa agenda de celebração dos 60 anos da *Declaração Universal*, realizamos a primeira conferência nacional de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) para reafirmar o direito à diversidade sexual, tema que envolve tabus profundos. A cada três dias um homossexual é assassinado no Brasil, como o caso da Praça da República. A discriminação acontece na própria família, na escola, faculdade, no tribunal, na empresa, na fábrica. E o Brasil é o primeiro país no mundo em que o presidente da República convocou pelo Diário Oficial uma conferência nacional com o lema "*nem menos, nem mais: direitos iguais*", para discutir a questão durante três dias.

Também realizamos o processo da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, fizemos o processo estadual, e em março deste ano se realizou a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Realizamos ainda um encontro inédito do presidente da República com os presidentes das 300 maiores empresas do país para discutir exclusivamente direitos humanos, com cinco temas principais: direito da criança e do adolescente, inclusão das pessoas com deficiência, equidade de gênero, igualdade racial e combate ao trabalho escravo. Esses cinco temas têm de estar presentes na fábrica, na empresa, no banco. Não é só a fundação que realiza o bem e pega uma parte dos lucros da empresa, é a observância da equidade, da acessibilidade e do respeito às pessoas no trabalho.

Gosto de repetir que as Olimpíadas de Pequim provaram que o Brasil paraolímpico é melhor que o Brasil olímpico, teve mais medalhas, alcançou melhor lugar no *ranking* e gastou menos dinheiro. São cerca de 25 milhões de brasileiros e brasileiras com alguma deficiência. O

Brasil tem muito a aprender com esse contingente na hora em que tiver coragem de incorporar as dificuldades e as prefeituras investirem dinheiro em rampas, na acessibilidade, com educação inclusiva. É necessário fazer as crianças que não têm deficiência aprenderem que o mundo é feito de diferenças e, antes mesmo de ser um problema de saúde (não enxergar, não falar, não ouvir, não andar), qualquer deficiência é uma diferença.

Em novembro de 2008 também realizamos o maior encontro mundial para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes: representantes de 160 países, 3.500 pessoas reunidas no Rio de Janeiro durante quatro dias e foi aprovada a *Carta do Rio*, documento que será o norte para o combate a essa grave violação aos direitos humanos nos próximos cinco anos em todo o mundo.

Se 2008 foi um ano de mobilização, 2009 é um ano em que queremos trabalhar políticas estruturantes. Pensadas para atravessar bem o processo eleitoral do ano que vem, pensadas para durar qualquer que seja o resultado das urnas. Pelo voto popular, os governantes sempre estarão autorizados a mudar, promover ajustes, reverter prioridades, mas, em direitos humanos, é fundamental o espírito de acumulação e de continuidade. A compreensão de que ainda somos frágeis, somos muito poucos para nos darmos ao luxo de começar partidariamente a disputar entre segmentos que podem ter a mesma concepção favorável à proteção do idoso, da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente e de cada um dos segmentos.

E a mais estruturante de todas as ações em direitos humanos é, sem dúvida, o eixo da **Educação em Direitos humanos**. A começar aqui, pelo ensino do direito porque hoje o ministro, o desembargador, o juiz, o procurador, o promotor, o defensor, o advogado, por melhor que seja como pessoa e como profissional, tem ainda uma formação que ensinou dois tipos de direito: um para valer, que é o direito constitucional, o penal, o tributário, o trabalhista; e outro, que é uma espécie de adereço, complemento bonito, chamado de tratados ou convenções de direitos humanos.

Por favor, leiam a *Constituição* e incorporem ao seu trabalho a Lei Maria da Penha, que pune a violência do marido contra a companheira e é uma das grandes conquistas do governo Lula. Maria da Penha é uma cearense, de Fortaleza, que na décima agressão do marido levou um tiro na coluna e ficou paraplégica. A lei em homenagem a ela, porém, é rotineiramente desclassificada por juízes de primeira instância, por considerarem que a *Constituição* protege o lar como reduto inviolável e, portanto, também protege a violência que ali ocorre.

Direitos humanos têm que se tornar currículo escolar a partir dos quatro anos de idade. Primeiro é necessário universalizar o acesso à pré-escola, porque hoje ela é só para as classes média e alta. Universalizando-a é possível, por exemplo, na primeira briga entre crianças apartá-las não apenas para evitar que se machuquem, mas, sobretudo, para iniciar a formação em direitos humanos. Nunca em nossas vidas vamos resolver as nossas disputas na violência, no mais forte batendo no mais fraco, no maior batendo no menor, no homem batendo na mulher.

Vamos educar também quem tem 50, 60 ou 70 anos, quem considera que negro é menos do que branco, que mulher é menos do que homem, que a tortura é necessária, porque

sem tortura o preso não confessa, quem acha que índio não direito à sua terra. É claro que aos 60 anos uma pessoa se mostrará menos flexível para rever as suas convicções do que a criança que, ao crescer, vai ser educadora também de seus próprios pais, vai enfrentar dentro de casa as bobagens que ouve.

É fundamental também que o currículo das faculdades de direito incluam Direitos humanos como disciplina regular. E que o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem de ter uma prova de direitos humanos, como se comprometeu a fazer o presidente da OAB, Cezar Brito. Da mesma forma, é preciso garantir que nenhum engenheiro receba o diploma se não tiver tido pelo menos 8 ou 12 horas de aula sobre acessibilidade, para que se preocupe em fazer plantas de prédios públicos ou privados com rampa, com portas largas e sem barreiras físicas que impeçam a circulação de todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência. O professor de educação física tem que ter formação para esportes para cadeirantes...

Gosto de ressaltar: o novo não nasce do novo, o novo nasce do velho, dessa herança do passado. O direito à memória e à verdade é parte da construção de um Brasil que não quer que a tortura se repita, que exige conhecer o que ocorreu de fato, que exige a abertura de arquivos, a localização dos corpos de 140 brasileiros e brasileiras que deram suas vidas para que nós tivéssemos esse clima de liberdade que usufruímos juntos hoje. O conteúdo dessa aula hoje seria suficiente para alguns anos de cadeia no Brasil dos anos 1970. Isso mudou devido à luta dos metalúrgicos do ABC, à Campanha das Diretas e também à resistência clandestina, que fez o enfrentamento mais terrível nos anos de chumbo. É fundamental conhecer esses brasileiros e brasileiras, tê-los como heróis, como pede o presidente Lula, e não como vítimas. E conhecer não movidos pelo revanchismo, pelo espírito do olho por olho, dente por dente, porque o mundo dos direitos humanos é o mundo da paz!

O mundo que temos hoje é ainda o mundo da guerra, e da guerra só passamos à paz por meio de algum processo de reconciliação. Queremos a reconciliação, queremos e devemos nos orgulhar das nossas Forças Armadas, do nosso Exército, da nossa Marinha, da nossa Aeronáutica, mas é fundamental que as nossas Forças Armadas compreendam esse esforço e não protejam, não defendam, não reajam corporativamente, mas mostrem, apontem, ajudem a localizar os restos mortais para que famílias tenham o direito de sepultar pessoas desaparecidas há 30 anos, que se presume tenham sido assassinadas. Sem o funeral, as pessoas não conseguem perceber no plano simbólico, materializar a idéia de morte, que acabou. A família imagina que a pessoa pode ter tido amnésia, possa estar num manicômio, possa estar em outro lugar, com outra identidade. Nesse sentido, esse tema não é negativo. É um tema que devemos colocar ao lado das prioridades, como a questão da criança e do adolescente, como o combate e o fim da tortura, que existe até hoje.

Com certeza, uma faculdade de direito que realiza eventos com esse, como essa gestão, com essa orientação, com debates, está, sim, prestando um grande papel a essa construção histórica de um Brasil justo, solidário, com liberdade, com igualdade, com solidariedade.